

# O GRANDE AUSENTE

Ivo Tonet

## Introdução

Nesta peça, que é o momento atual da história da humanidade, está faltando um personagem. E não é um personagem qualquer, mas um dos mais importantes. E, do ponto de vista do futuro da humanidade, o mais importante!

Dos dois personagens mais importantes desta peça, apenas um está presente. Trata-se da burguesia. Esta continua, com toda força, a representar o seu papel. Ela continua a levar adiante, a ferro e fogo, o seu projeto mesmo que isso comprometa o futuro da humanidade.

O lugar do outro personagem, o proletariado, infelizmente está vazio.

Dizem até que ele abandonou definitivamente a cena e que o seu papel teria sido assumido por outros personagens, tais como a “multidão”, os “movimentos sociais”, os “excluídos”, o “povo”, todos os “assalariados”, etc.. Entendo que isso não é, de modo nenhum, verdade. Tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista empírico, não há nenhuma prova de que o proletariado tenha desaparecido e de que o seu papel de protagonista fundamental da revolução tenha se tornado obsoleto ou tenha sido assumido por outros personagens.

Este lugar, o de personagem fundamental na realização e na direção do processo revolucionário pertence ao proletariado não por uma definição metafísica, mas por sua posição no processo concreto de produção da riqueza no capitalismo. Por sua posição neste processo é ele, como já afirmavam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, a única classe efetivamente revolucionária uma vez que somente ela tem uma contradição absolutamente antagônica com o capital.

Não obstante todas as transformações sofridas pelo processo produtivo, especialmente nas últimas décadas, que resultaram em enormes mudanças na classe operária, esta continua a ocupar o lugar de antagonista radical do capital, pois é ela que produz, ao mesmo tempo, a riqueza material, a mais-valia e o capital. Nem sequer do ponto de vista quantitativo existem provas de que a classe operária tenha diminuído de modo muito significativo.<sup>1</sup>

Não obstante ela estar ausente, hoje, deste lugar, como protagonista ativo e consciente, ele lhe pertence como resultado de sua natureza socialmente configurada.

A questão, então, é: por que este lugar está vazio? Por que a classe operária está ausente

---

<sup>1</sup> Para a crítica das teses que defendem a tese de que o proletariado deixou de ser a classe revolucionária por excelência, ver, especialmente, *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, de Sérgio Lessa.

dessa tarefa de conduzir a luta revolucionária contra o capital?

A resposta a essa pergunta é da máxima importância, pois dela dependerá a identificação dos entraves que se opõem a que o proletariado volte a assumir o seu papel de dirigente do processo revolucionário. Todavia, essa resposta é muito complexa, pois implicaria examinar o processo histórico acontecido desde as primeiras lutas operárias a partir do século XIX. Muitos seriam, então, os aspectos a serem examinados. Dada a brevidade desse texto, não poderei mais do que indicar dois elementos que me parecem fundamentais. Embora apresentados separadamente, eles não podem ser considerados de modo isolado, pois fazem parte de um mesmo processo e se determinam mutuamente. Contudo, também estes dois elementos são muito complexos de modo que também aqui se imporá um recorte muito preciso.

Em primeiro lugar, as transformações ocorridas no processo produtivo, com rebatimentos em todas as outras dimensões sociais. Estas transformações, que resultam sempre das periódicas crises sofridas pelo capital, começaram já na segunda metade do século XIX e levaram a importantes mudanças no interior da própria classe trabalhadora. Uma dessas mudanças teve relevância especial. Trata-se da divisão que se estabeleceu entre uma camada de trabalhadores que, por uma série de circunstâncias históricas, teve acesso a ganhos mais significativos e, portanto, a um padrão de vida mais elevado. Esta situação colocou esta parcela da classe trabalhadora em oposição à maioria da mesma classe que não teve acesso àqueles ganhos. É a famosa “aristocracia operária” de que falava Lenin. Ocupando os postos na maioria das organizações operárias, esta parcela, mais interessada em manter e melhorar os seus ganhos do que em fazer a revolução, contribuiu para imprimir às lutas da classe operária um caráter fortemente reformista. E não poucas vezes ela se colocou, na luta, ao lado dos capitalistas e contra outros trabalhadores. Os exemplos históricos são inúmeros. Além disto, o reformismo deste segmento da classe contribuiu enormemente para que o restante da classe operária também perdesse o horizonte revolucionário.

Em segundo lugar, e de modo articulado com a primeira questão, a mudança da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Para evitar mal-entendidos, esclareço que entendo centralidade do trabalho em três sentidos, distintos, mas intimamente articulados. Primeiro, o fato de que o trabalho, isto é, a transformação da natureza para produzir valores de uso é o fundamento do mundo social. E, ao transformar a natureza, o trabalho também transforma os próprios seres humanos. Neste sentido, como afirma Marx, o trabalho será uma necessidade eterna da humanidade, independente da forma que vier a assumir. Como consequência disto, toda forma de sociabilidade (modo de produção) terá como seu fundamento uma determinada forma de trabalho. As consequências deste fato – de o trabalho ser a categoria fundante do ser social – são imensas, tanto no plano do evoluir do processo

histórico, quanto no plano do conhecimento da realidade social.<sup>2</sup> Aqui, gostaria de destacar apenas uma, que interessa mais de perto à questão que estamos tratando nesse texto. O fato de que revolução, no sentido mais próprio do termo, tem, como elemento essencial, uma mudança radical na forma do trabalho. Embora uma revolução implique mudanças em muitos aspectos, o mais essencial deles é a transformação no processo de trabalho. Isto é demonstrado, à saciedade, pela própria revolução burguesa. A essência dessa revolução não foi a tomada do poder pela burguesia, mas a substituição do trabalho servil pelo trabalho assalariado, pois foi a partir dele que se estruturou toda a sociabilidade burguesa.

Segundo, o fato de que, no modo de produção capitalista, a classe operária é o sujeito fundamental – embora não único – da revolução. Como já afirmei acima, a classe operária, pela sua posição no processo de produção, é a única que tem uma contradição absolutamente antagônica com o capital. Outros segmentos de classes, como mostram tanto as revoluções burguesas como as tentativas de revolução socialistas também participarão, como aliados, no processo revolucionário. Contudo, serão sempre aliados daquela que é, por sua natureza, a classe dirigente.

Vale, porém, lembrar, a respeito da revolução proletária, o que Marx já afirmava nas *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. Nesse texto, Marx afirma que a revolução proletária, diferentemente das outras revoluções – que eram revoluções sociais com alma política, pois mantinham a exploração e a dominação do homem pelo homem, – seria uma revolução política com alma social, isto é, um processo em que a “alma” da sociedade, isto é, a forma do trabalho, seria radicalmente modificada com a eliminação da propriedade privada e das classes sociais e, portanto, de toda exploração e dominação do homem pelo homem. A revolução proletária começaria, pois, por uma mudança no aspecto político – a tomada do poder político pela classe trabalhadora. Todavia, este seria apenas uma mediação para possibilitar a transformação econômica, que iria estabelecer o fundamento de uma nova forma de sociabilidade, o comunismo<sup>3</sup>. Frise-se, de passagem, que esta tomada do poder não seria, de modo nenhum, a tomada do Estado, mas a destruição do Estado burguês e a apropriação do poder político pelo conjunto – não por um ou mais partidos – dos revolucionários.<sup>4</sup>

Terceiro, o fato de que esta nova forma de trabalho, que Marx chamou de trabalho associado, é que deve nortear o processo da revolução proletária. Nortear significa exatamente estabelecer o norte, isto é, o fim a ser atingido. Como sabemos, o fim qualifica os meios, isto é, orienta a busca dos meios adequados para a sua realização. Essa afirmação – de que o trabalho associado

---

<sup>2</sup> Sobre isso ver, de S. Lessa e I. Tonet, o livro: Trabalho e sujeito revolucionário e, de I. Tonet, Método científico: uma abordagem ontológica.

<sup>3</sup> A esse respeito, ver também *A guerra civil na França*, de K. Marx.

<sup>4</sup> Ver, a esse respeito, os nossos artigos: Trabalho associado e revolução proletária e Trabalho associado e extinção do Estado.

deve nortear a revolução proletária – não desqualifica, nem subestima ou desmerece a função imprescindível da luta política. Sem o desenvolvimento desta luta; sem a tomada do poder político pelos revolucionários, isto é, sem a destruição do Estado burguês e a reapropriação, pelos revolucionários, das forças sociais de que foram expropriados pela existência do Estado, é simplesmente impossível avançar no rumo das tarefas essenciais da revolução. Questionado sobre se o objetivo da luta dos trabalhadores seria a tomada do poder, Marx respondeu prontamente que o objetivo não era a tomada do poder, mas a emancipação humana.

Gostaria, porém, de chamar a atenção para uma diferença importantíssima. Uma coisa é centralidade política – no caso, do proletariado. Outra coisa, totalmente distinta, é centralidade da política. A primeira significa que ao proletariado cabe a tarefa de conduzir a luta pela destruição do Estado burguês e pela reapropriação do poder político pelos revolucionários. A segunda significa a atribuição ao Estado, que é o núcleo central do poder político burguês, a tarefa de conduzir o processo de superação do capitalismo e de construção de uma sociedade comunista. Significa atribuir ao Estado a tarefa de nortear o processo revolucionário. Ora, o Estado não pode, por sua própria natureza, exercer essa função. Nem mesmo quando tenha a forma de exercício do poder político pelo conjunto dos revolucionários, caso em que, como Engels e Lenin chamaram a atenção, já não é um Estado no sentido típico do termo, ele pode exercer essa função. Como já vimos acima, o poder político, reabsorvido pelo conjunto dos revolucionários, é apenas uma mediação para a realização de tarefas que estão fora do seu alcance.

Contudo, por uma série de circunstâncias históricas, das quais falaremos logo em seguida, o que aconteceu foi exatamente isto: o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

## **1. Um pouco de história**

Como vimos, para Marx, como consequência da dependência ontológica da dimensão política em relação à dimensão econômica, era absolutamente claro que nem mesmo o poder político em mãos dos revolucionários poderia ser o elemento norteador do processo de transformação social. Ele só poderia realizar as tarefas exigidas e permitidas pelo trabalho. Evidentemente, o trabalho associado, fundamento do comunismo, não o trabalho alienado.

Ora, tanto pela via reformista (socialdemocracia, via democrática para o socialismo) quanto pela via revolucionária (abraçada, de modo diferente, por todas as tentativas de revolução socialistas) a tarefa de conduzir a superação do capitalismo e de construir o comunismo terminou por ser atribuída ao Estado, neste último caso denominado Estado proletário. Ambas as vias, por

caminhos diferentes – a primeira pela via da reforma e a segunda por um caminho que se pretendia revolucionário – imprimiram à luta da classe operária um caráter predominantemente reformista.

A via socialdemocrata tinha como pressuposto que as transformações no interior do próprio sistema capitalista, que estavam levando do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, indicavam uma tendência à socialização da economia e, neste sentido, pavimentavam o caminho para o socialismo. Não haveria, pois, necessidade de uma revolução que destruísse o Estado e o capital. À classe operária, constituída por milhões de trabalhadores, bem organizados, bastaria apoderar-se do Estado, pela via da legalidade democrática e, por meio deste instrumento, impulsionar as transformações que levariam a humanidade ao socialismo.

A via democrática para o socialismo, surgida na Europa ocidental após a segunda guerra mundial, mas que já tinha raízes no pensamento gramsciano, pretendeu configurar-se como um caminho diferente daquele seguido pela revolução russa. Uma grande aliança, concertada entre os partidos que representavam a classe trabalhadora e setores da pequena burguesia e até de alguns segmentos da burguesia supostamente não monopolista, poderia chegar ao poder do Estado e, por intermédio dele, impulsionar as transformações sociais em direção ao socialismo. Não se tratava, portanto, de suprimir a democracia, mas de aprofundá-la através de sucessivas reformas, de modo a alcançar, gradativamente, o socialismo.

A via revolucionária, cujo exemplo modelar era a revolução russa, viu-se, após o fracasso da revolução na Alemanha, diante de um enorme impasse. De um lado, a impossibilidade da universalização da revolução, condição tida como imprescindível para o avanço em direção ao comunismo. De outro lado, um país não só atrasado economicamente, mas também devastado pela guerra, cercado e invadido por potências capitalistas estrangeiras dispostas a tudo para afogar o nascente processo revolucionário; uma classe operária amplamente minoritária no conjunto da população e também enormemente diminuída e desfalcada pela guerra contra o Eixo e também pela guerra civil. Enfim, uma situação que, do ponto de vista político, exigia a constituição de um poder estatal poderoso – que se afirmava representar os interesses dos trabalhadores – para defender as conquistas da revolução e para organizar e impulsionar a criação das bases materiais – que ainda eram muito precárias – do socialismo e que, do ponto de vista econômico não podia ir além da supressão jurídico-política da propriedade privada, da estatização e do planejamento centralizado da economia.

Constituíam-se, deste modo, um Estado no sentido típico, isto é, um conjunto de objetivações (políticas, jurídicas e repressivas) separadas do conjunto da comunidade revolucionária, com o objetivo não só da defesa contra os inimigos externos, mas também de manter a ordem interna, suprimindo qualquer contestação ao direcionamento no sentido de construir as bases materiais do comunismo. Isto equivalia, em última análise, a ser um instrumento de exploração da própria classe trabalhadora, da qual ele seria, supostamente, o representante e defensor.

A este Estado foi, portanto, atribuída a tarefa de conduzir as transformações que iriam levar a sociedade ao comunismo. Entre estas transformações, a mais importante, evidentemente, era o rápido desenvolvimento das forças produtivas, pois elas eram a condição indispensável por excelência para a construção de uma sociedade comunista. Ora, um rápido desenvolvimento das forças produtivas só seria possível na base da intensificação do trabalho da classe operária. Esta, porém, havia lutado exatamente para livrar-se da exploração que sofria nas mãos dos capitalistas. Nenhum apelo moral, por si só, poderia levá-la a submeter-se, de boa vontade, à intensificação da exploração. Por isso mesmo, a repressão do Estado – pretensamente proletário – sobre a classe trabalhadora não era uma opção, mas uma necessidade inescapável.

Tinha-se, portanto, um país, que se pretendia no caminho do socialismo, mas momentaneamente isolado e enfrentando poderosos inimigos capitalistas, externos e internos. Cumpria, pois, traçar um caminho que permitisse avançar no fortalecimento das bases materiais do socialismo sem provocar um enfrentamento direto e violento contra esses poderosos inimigos.

É deste modo que foram sendo delineadas as teorias da possibilidade do socialismo em um só país e da coexistência pacífica entre capitalismo e socialismo. Toda a estratégia foi traçada no sentido de defender, desenvolver e fortalecer aquela que era considerada a “pátria do socialismo”. A suposição era de que o fortalecimento do socialismo evidenciaria de tal modo a superioridade deste em relação ao capitalismo que a própria classe operária dos países capitalistas seria ganha para o processo revolucionário. Durante esse período de fortalecimento, porém, não seria viável um enfrentamento direto – revolucionário – contra o capitalismo. Há farta documentação e inúmeros fatos que comprovam essa estratégia. Basta, porém, lembrar a tragédia da revolução espanhola, derrotada pelo franquismo com a omissão da União Soviética; também a tragédia da revolução grega, esmagada pelas forças britânicas também com a aquiescência da União Soviética; a derrota das forças da resistência francesa e italiana, após a segunda guerra mundial, também com a conivência da União Soviética e dos partidos comunistas que seguiam a orientação do Partido Comunista da União Soviética.<sup>5</sup>

Com vistas à coexistência pacífica com o capitalismo, todos os partidos comunistas subordinados ao Partido Comunista da União Soviética e todo o aparato sindical ligado a esses partidos, viram-se compelidos a orientar as lutas em sentido reformista e não revolucionário. Acrescente-se a isto o fato de que os partidos socialistas e socialdemocratas já vinham, de longa data, orientando todas as lutas sociais em um sentido claramente reformista. Deste modo, o ideário comunista sofreu profundas deformações tornando-se, muitas vezes, apenas um horizonte sem nenhuma definição clara. Colaboração de classes, negociação para alcançar ganhos imediatos e não

---

<sup>5</sup> A respeito desta problemática, importante ler *A crise do movimento comunista*, de F. Claudín.

confronto passou, então, a ser o tom das lutas da classe operária.

Nem é preciso dizer que, ao longo deste período, a própria teoria revolucionária marxiana sofreu profundas deformações, pois precisava ser adaptada para dar suporte a essa estratégia. Muitas foram as deformações. Nas dimensões econômica, política, filosófica, histórica, etc. A começar pela própria socialdemocracia alemã e prosseguindo, ampliando e aprofundando depois com o stalinismo. O fato é que, nesta trajetória, o pensamento de Marx foi perdendo aquilo que o caracterizava mais essencialmente, vale dizer, o seu caráter radicalmente crítico e radicalmente revolucionário. De um lado, o marxismo foi se transformando em uma doutrina sagrada e mumificada, uma bíblia da qual sempre se podiam extrair citações para sustentar a validade dos caminhos previamente decididos pelos dirigentes. De outro lado, transformou-se em uma “teoria crítica”, ou seja, na elaboração de inúmeras críticas ao capitalismo, perdendo, porém, o seu vínculo com a transformação revolucionária do mundo.

## **2. Consequências**

Deste modo, a classe operária foi perdendo o horizonte revolucionário, deixando de assumir o seu protagonismo como inimiga radical do capital e pautando as suas lutas apenas por melhorias pontuais, que não questionavam a ordem social capitalista. A classe operária foi sendo educada para a negociação e não para a revolução. Além disto, ela foi educada no sentido de respeitar o Estado e a legalidade democrática, conduzindo todas as suas lutas nos limites estabelecidos por esta ordem.

Ora, quando a crise estrutural do capital explodiu, por volta da década de 1970, a classe operária já se achava ideológica e politicamente desprovida de teoria e organização revolucionárias. Partidos e sindicatos estavam, praticamente todos eles, integrados à ordem do capital. Por isso mesmo, o capital podia avançar livremente, reorganizando todo o sistema produtivo e, com isto, submetendo os trabalhadores a uma brutal intensificação da exploração. Aquele impulso revolucionário, que apontava claramente para a superação de toda forma de exploração do homem pelo homem, de toda desigualdade social, para a extinção radical do capitalismo, este impulso tinha se perdido. Ele tinha sido substituído pela luta por melhorias no interior da ordem capitalista, como se esta fosse a única alternativa.

Mais ainda: o foco de todas as lutas foi transferido da fábrica para a esfera do Estado. Mesmo aquelas lutas que se desenvolviam fora do parlamento, na fábrica ou nos chamados movimentos sociais, deveriam desembocar no Estado. Conquistar espaços na chamada sociedade civil e, depois, também, nos aparelhos do Estado, deveria ser o caminho para a transformação

revolucionária. O caminho da ampliação da democracia é o caminho da revolução. Como afirma, claramente, Carlos Nelson Coutinho (2000, p. 47-48): “Um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário. (...) esse reformismo é o novo nome da revolução”.

C. N. Coutinho é apenas um dos inúmeros pensadores marxistas que tomaram o caminho da “reforma revolucionária”. Com isso, a teoria marxiana da destruição do Estado burguês foi jogada no lixo e, juntamente com ela, obviamente, a dependência ontológica do Estado em relação ao capital.

O desmoronamento do chamado “socialismo real”, que de socialismo não tinha nada, pareceu a confirmação empírica da impossibilidade de superar a ordem capitalista. E a única alternativa ao avanço da barbárie produzida pelo capital pareceu ser o aperfeiçoamento da ordem democrática. O horizonte revolucionário foi substituído pelo horizonte democrático. A única alternativa contra o espezinhamento do sistema democrático e contra a supressão de direitos duramente conquistados, pareceu ser a defesa do aperfeiçoamento da democracia e dos direitos.

É sintomático que a tônica do Forum Social Mundial, que pretendia se opor ao Forum capitalista de Davos, tivesse como palavra-de-ordem dominante: um outro mundo é possível: um mundo cidadão. Um mundo onde todos fossem plenamente cidadãos seria, supostamente, um mundo do qual teria sido eliminada a desigualdade social. De novo, é C. N. Coutinho quem afirma isso, com todas as letras. Após afirmar que há uma contradição insanável entre cidadania e classe social, impedindo a apropriação igualitária das riquezas sociais, diz ele (2000, p. 67-68): “Ora, se há alguma conclusão a tirar disso, ela me parece óbvia (...): *só uma sociedade sem classes – uma sociedade socialista – pode realizar o ideal da plena cidadania, ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular e, como tal, da democracia*”.

Ora, ao contrário do que afirma C. N. Coutinho, para Marx, cidadania é o reverso da moeda do sistema capitalista. É parte integrante deste sistema. Por isso, por melhor e mais ampla que ela seja, nunca poderá por em questão a desigualdade social e, portanto, a exploração do homem pelo homem. Cidadania é, ao mesmo tempo expressão e condição de reprodução da desigualdade social. E ainda ao contrário do que afirma C. N. Coutinho (2000, p. 58), cidadania, para Marx não é, de modo nenhum, sinônimo de emancipação humana. Pelo contrário, são formas de liberdade radicalmente distintas. Cidadania é a forma da liberdade possível sob o capital. Emancipação humana é a forma da liberdade fundada no trabalho associado, base do modo de produção comunista. Já dizia Marx, nas *Glosas críticas*, de 1844, (2010, p. 75): “Mas a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana”.

Também é sintomático o que se vê nas atuais manifestações por várias partes do mundo.



Milhares de pessoas – incluindo muitos trabalhadores – nas ruas, opondo-se às medidas de austeridade dos diversos governos, isto é, às medidas de intensificação da exploração dos trabalhadores, e não conseguindo deter o avanço massacrante do capital. O mais grave, porém, é que não só não estão conseguindo deter, mas, além disso, colocando como objetivo a volta do Estado de Bem-Estar Social, a reconquista de um Estado que estaria a serviço da maioria da população. Ou seja, buscando avançar no sentido da reforma e não da revolução; da permanência do capital – mais “humanizado” – e do Estado – com mais preocupações sociais – e não da supressão integral destas categorias. Se nos lembrarmos de que, de 1848 até as primeiras décadas do século XX, as ideias de superação de toda exploração do homem pelo homem, de toda desigualdade social, de erradicação do capitalismo e de construção de uma sociedade comunista integravam, em larga escala, a consciência da classe trabalhadora, perceberemos a enorme regressividade desta consciência na atualidade.

Mais grave, ainda, é o fato de que, em muitos lugares, como é o caso do Brasil, a classe operária está praticamente ausente dessas manifestações. Mesmo que haja um bom número de trabalhadores participando desses protestos, eles não aparecem como classe consciente e organizada, com um projeto sócio-político claro e autônomo.

No âmbito da maioria dos países, isto acontece porque a classe trabalhadora foi educada, por obra e graça daquela estratégia que apontamos acima, para lutar por reformas e não pela revolução. E, além disso, também pelas transformações que, no bojo das sucessivas derrotas que o capital impôs à classe trabalhadora, a reestruturação produtiva realizou com esta mesma classe.

No Brasil existe, além disto, um aspecto suplementar, importantíssimo. Trata-se do fato de que, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, a classe trabalhadora, por intermédio de determinadas políticas estatais, da maioria dos partidos ditos de esquerda e da maioria das centrais sindicais e sindicatos dos trabalhadores, foi atrelada ao Estado. Deste modo ela foi, e continua sendo, orientada no sentido de apoiar, mesmo que com críticas pontuais, um governo que, supostamente, seria o representante dos interesses dos trabalhadores, mas cujas políticas econômicas mais importantes estão, todas elas, de fato, voltadas para o atendimento dos interesses do capital. Suas reivindicações jamais ultrapassam demandas imediatas e parciais, sem nunca colocar, mesmo que apenas como horizonte, a superação do capital do Estado.

Uma das consequências mais perversas desta situação é que se gerou, no Brasil, a ilusão, amplamente sustentada por muitos intelectuais e ativistas de esquerda, de que o chamado “neodesenvolvimentismo” é o caminho para a resolução dos problemas nacionais. Trata-se, de fato, de uma ilusão, porque as leis que regem a reprodução do capital não só não foram derogadas, como se tornam, a cada dia, mais evidentes e mais perversas. Como o capitalismo, por sua própria lógica, é um sistema de desenvolvimento desigual e combinado, melhorias pontuais em determinados países ou regiões podem fazer pensar que elas serão permanentes e progressivas, podendo levar à resolução

dos problemas de toda a humanidade.

O fato é que é absolutamente impossível construir uma sociedade igualitária, onde todos os indivíduos possam se realizar plenamente como seres humanos, dentro do capitalismo. Não há a menor possibilidade de humanizar o capitalismo, pois as leis que o regem são incontroláveis. E isto é demonstrado cotidianamente pela assustadora barbarização da vida social. Deste modo, deixando de lado a extinção, só restam duas alternativas para a humanidade: socialismo ou barbárie. E, como diz, Mézáros, barbárie se tivermos sorte.

Como vimos acima, só existe uma classe capaz de opor-se, de modo radical, ao capital. Esta é a classe operária. Por mais que sejam atrativas teorias como as de autores como S. Zizek, D. Harvey, J. Holloway e outros similares, a questão da identificação do sujeito revolucionário fundamental é de capital importância. Nenhuma outra classe, nenhuma outra categoria, nenhum outro movimento social pode ocupar este lugar que pertence, por natureza, à classe operária. Nenhuma outra classe ou segmento social tem a tarefa de produzir o fundamento material da vida social capitalista. Fundamento este sem o qual a totalidade do sistema capitalista não pode se reproduzir. As lutas de todos os outros segmentos sociais são, sem dúvida, importantes, mas elas só ganharão um sentido revolucionário na medida em que estiverem norteadas pela luta da classe operária contra o capital e contra o seu mais importante sustentáculo que é o Estado.

### **3. Perspectivas e tarefas**

Como se pode ver, a situação, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, não está nada fácil. A luta pela transformação revolucionária da sociedade não poderá avançar enquanto esta classe não voltar a ocupar o lugar que lhe compete. Ao trem da revolução está faltando a locomotiva e sem a presença dela todos os outros esforços apenas perpetuarão a existência deste sistema.

É uma enorme ilusão, mas infelizmente muitíssimo disseminada entre pessoas de esquerda e outras progressistas, pensar que algum tipo de Estado, mesmo tendo ele aspectos progressistas como é o caso dos Estados venezuelano, equatoriano ou boliviano, possa ser o condutor do processo de transformação radical da sociedade. Esta ilusão também é reforçada pelo fato de que o verdadeiro condutor – o proletariado – está, há muitos anos, ausente como protagonista fundamental deste processo.

Para agravar a situação, não é de esperar que os velhos partidos de esquerda, o velho aparato sindical burocratizado e até a “aristocracia operária” possam se reciclar e contribuir para a retomada da luta revolucionária. Todos eles foram configurados para participar da luta, mas dentro das regras impostas pelo sistema capitalista e pela ordem democrática. Todos eles orientaram e

continuam a orientar todo o seu trabalho e todas as lutas sociais no sentido da conquista do poder do Estado, na suposição de que, de posse deste poder, conduzirão o processo de transformação da sociedade de maneira radicalmente diferente. A centralidade da política, à qual fizemos referência, comparece, aqui, com toda a sua força. Eleger vereadores, deputados (estaduais e federais), senadores e, por fim, o próprio presidente da república, todos estes são considerados passos no sentido da acumulação de forças para o avanço em direção a uma sociedade “mais justa”.

Vale, aqui, lembrar, novamente, o que dizia Marx em 1844. No artigo *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano* afirmava ele (2009, p. 43): “Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado”.

Diante disto, duas tarefas são fundamentais para os revolucionários: 1) Contribuir para resgatar a teoria revolucionária marxiana 2) Contribuir para recolocar a classe operária no comando do processo revolucionário. Duas tarefas que se determinam reciprocamente, mas que mantêm, cada uma, a sua especificidade própria.

A primeira tarefa é, embora complexa e difícil, sem dúvida, a mais fácil. Trata-se de restituir ao pensamento de Marx aquelas características que o demarcam mais essencialmente: o seu caráter radicalmente crítico e, ao mesmo tempo, radicalmente revolucionário. Compreensão do mundo até a sua raiz mais profunda e, como consequência, possibilidade e necessidade de transformação integral. Não é preciso dizer que esta radicalidade crítica e revolucionária só pode ser solidamente fundamentada se a categoria do trabalho, conforme apontado por Marx, for tomada como ponto de partida e entendida como categoria fundante do ser social. É a partir desta categoria que se pode demonstrar o caráter radicalmente histórico e social do ser social, compreender todo o processo histórico e social e, assim, fundamentar solidamente a possibilidade da revolução.

A segunda tarefa é infinitamente mais complexa e difícil. Trata-se de fazer com que a classe operária reassuma o projeto revolucionário, retome a bandeira do socialismo e se organize de forma autônoma e independente do Estado. Duas coisas deverão se combinar para que isto se transforme em realidade. Em primeiro lugar, a intensificação da crise do capital, agravando terrivelmente os problemas sociais de toda ordem. Isto possibilitará a emergência de novos lutadores que, por não terem sido deformados pela perspectiva reformista, poderão, com mais facilidade, assumir uma perspectiva revolucionária. Em segundo lugar, e em conexão com a questão anterior, a disseminação da própria perspectiva revolucionária, solidamente fundamentada, que oriente a luta no sentido de uma superação radical da sociedade burguesa.

Contribuir, hoje, para que a classe operária volte a ocupar o seu lugar de antagonista radical do capital e lidere o processo revolucionário é condição necessária para a resolução dos gravíssimos problemas com os quais se debate a humanidade. Esta é, pois, uma importantíssima tarefa

de todos aqueles que estão comprometidos com um futuro digno para a humanidade.

### **Referências bibliográficas**

CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo, Global editora, 1985.

COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo, Cortez, 2000.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo, Cortez, 2011.

LESSA, S. e TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo, Instituto Lukács, 2013

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.

MARX, K. *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_, *A guerra civil na França*. São Paulo, Boitempo, 2011.

TONET, I. e NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo, Alfa/Omega, 2009.

TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo, Instituto Lukács, 2013.

\_\_\_\_\_, Trabalho associado e revolução proletária. In: *Novos Temas*, n. 05/06. 2012

\_\_\_\_\_, Trabalho associado e extinção do Estado. In: [www.ivotonet.xpg.com.br](http://www.ivotonet.xpg.com.br)